



CÓD: OP-094NV-22
7908403530243

CONSULPLAN

GABARITANDO

450 Questões

CADERNO DE QUESTÃO

Questões Gabaritadas

1. Língua Portuguesa	05
2. Matemática	45
3. Raciocínio Lógico	55
4. Informática	59
5. Direito Administrativo	65
6. Direito constitucional	87
7. Direito Penal	103
8. Direito Processual Penal	109
9. Direito Civil	115
10. Direito Processual Civil	123
11. Administração Geral e Pública	133
12. Direitos Humanos	141

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. CONSULPLAN - Ana TI (CM BH)/CM BH/Infraestrutura de Sistema/2018

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Capítulo LXVIII / O Vergalho

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras. — “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

— Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

— Meu senhor! gemia o outro.

— Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, — o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

— É, sim, nhonhô.

— Fez-te alguma cousa?

— É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

— Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

— Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

(Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Ática, 1990. p. 83.)

Nas palavras “praça” e “bênção” emprega-se o cedilha para indicar o som do fonema /s/. Tal notação foi usada corretamente em todas as palavras do grupo.

(A) punção, louça, ascensão.

(B) açafião, distenção, paçoca.

(C) estação, miçanga, sentença.

(D) excação, calabouço, precaução.

2. CONSULPLAN - Ana TI (CM BH)/CM BH/Infraestrutura de Sistema/2018

Assunto: Acentuação

[...]

Com a vida isolada que vivo, gosto de afastar os olhos de sobre a nossa arena política para ler em minha alma, reduzindo à linguagem harmoniosa e cadente o pensamento que me vem de improviso, e as ideias que em mim desperta a vista de uma paisagem ou do oceano – o aspecto enfim da natureza. Casar assim o pensamento com o sentimento – o coração com o entendimento – a ideia com a paixão – colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com a vida e com a natureza, purificar tudo com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia – a Poesia grande e santa – a Poesia como eu a compreendo sem a poder definir, como eu a sinto sem a poder traduzir.

(DIAS, Gonçalves. In. CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira. das origens ao Romantismo*. 12. ed. São Paulo. Difel, 1984. v.1, p. 258. Fragmento.)

Sobre a acentuação gráfica das palavras “manganês”, “está” e “lágrimas” assinale a alternativa que apresenta justificativa correta de acordo com a sequência em que aparecem.

(A) oxítone terminada em –e(s); oxítone terminada em –a(s); proparoxítone.

(B) paroxítone terminada em –e(s); paroxítone terminada em –a(s); proparoxítone.

(C) oxítone terminada em –e(s); oxítone terminada em –a(s); paroxítone terminada em –a(s).

(D) oxítone terminada em –e(s); oxítone terminada em –a(s); proparoxítone terminada em –a(s).

3. CONSULPLAN - Arq (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Acentuação

A questão baseia no texto apresentado abaixo. O despreparo da geração mais preparada

A crença de que a felicidade é um direito tem tornado despreparada a geração mais preparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque

despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada a criar partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nasce prontos – bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas – onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste.

Como esses estreatantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção – e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade – e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que anuncia a eles que viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os perrengues – sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi

aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado

caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

(Eliane Brum. Disponível em. <http://www.portalraizes.com/28-2/>. Fragmento.)

Assinale a opção que apresenta o grupo de palavras acentuadas de acordo com a mesma regra.

- (A) é, colégios.
- (B) há, línguas.
- (C) média, fácil.
- (D) matéria, patrimônio.

4. CONSULPLAN - Tec Enf (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Acentuação

Leia o texto para responder à questão a seguir. Quão rara é a Terra?

Agora que temos a certeza de que existe um número enorme de planetas com características físicas semelhantes às da Terra, vale perguntar se eles têm, de fato, a chance de abrigar formas de vida e, se tiverem, que vida seria essa.

Antes, alguns números importantes. Os melhores dados com relação à existência de outros planetas vêm do satélite da NASA Kepler, que anda buscando planetas como a Terra mapeando 100 mil estrelas na nossa região cósmica.

Pelo desenho da missão, a identificação dos planetas usa um efeito chamado de trânsito. Quando um planeta passa em frente à sua estrela (por exemplo, Vênus passando em frente ao Sol) o brilho da estrela é ligeiramente diminuído.

Marcando o tempo que demora para o planeta passar em frente à estrela, a diminuição do brilho e, se possível, o período da órbita (quando o planeta retorna ao seu ponto inicial), é possível determinar o tamanho e massa do planeta.

Com isso, a missão estima que cerca de 5,4% de planetas na nossa galáxia têm massa semelhante à da Terra e, possivelmente, estão na zona habitável, o que significa que a temperatura na sua superfície permite a existência de água líquida (se houver água lá). Como sabemos que o número de estrelas na nossa galáxia é em torno de 200 bilhões, a estimativa da missão Kepler implica que devem existir em torno de 10 bilhões de planetas com dimensões semelhantes às da Terra.

Nada mal, se supusermos que basta isso para que exista vida. Porém, a situação é bem mais complexa e depende das propriedades da vida e, em particular, da história geológica do planeta.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1. CONSULPLAN - TJ TRE RJ/TRE RJ/APOIO ESPECIALIZADO/PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS/2017

Assunto: Definição, subconjuntos, inclusão e pertinência, operações, conjunto das partes

Analise as proposições a seguir.

I. Qualquer que seja o conjunto A, tem-se que. $A \cup A = A$ e $A \cap A = A$

II. Quaisquer que sejam os conjuntos A e B tem-se que.

$A \cap (A \cup B) = A$, $B \cap (A \cup B) = B$, $A \cap B \subset A$, $A \cap B \subset B$

III. $A - B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \notin B\}$

IV. $A \cap B$ equivale a $A \cup B = B$ $A \cap B$ equivale a $A \cap B = A$

V. $A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap C$

$A \cap (B \cap C) = (A \cap B) \cap C$

Estão corretas as proposições

(A) I, II, III, IV e V.

(B) I e II, apenas

(C) I e V, apenas.

(D) III e IV, apenas.

2. CONSULPLAN - MOTO (PREF SABARÁ)/PREF SABARÁ/B/2017

Assunto: Definição, subconjuntos, inclusão e pertinência, operações, conjunto das partes

Considere os dois conjuntos numéricos finitos, A e B.

$$A = \{x \in \mathbb{N} \mid x = y + 5\}$$
$$B = \{y \in \mathbb{N} \mid 2 < y < 10\}$$

Qual alternativa apresenta a interseção destes conjuntos?

(A) {8, 9}.

(B) {8, 9, 10}.

(C) {3, 4, 5, 6, 7, 8, 9}.

(D) {2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10}.

3. CONSULPLAN - MOTO (PREF SABARÁ)/PREF SABARÁ/D/2017

Assunto: Definição, subconjuntos, inclusão e pertinência, operações, conjunto das partes

Dados os conjuntos.

$$\bullet H = \{1, 3, 4, 5, 7, 10, 13\}.$$

$$\bullet G = \{x \in \mathbb{N}^* \mid x < 7\}.$$

Qual alternativa apresenta o conjunto $H - G$?

(A) {10, 13}.

(B) {7, 10, 13}.

(C) {1, 3, 4, 5, 10, 13}.

(D) {1, 3, 4, 5, 7, 10, 13}.

4. CONSULPLAN - CONT (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Em uma empresa com 68 funcionários, foram oferecidos três cursos de capacitação: produtividade, liderança e marketing. Por já possuírem boa qualificação, 18 trabalhadores não fizeram inscrição em nenhum dos cursos ofertados. Considere que 11 funcionários se inscreveram nos três cursos de capacitação; 14 deles se inscreveram apenas nos cursos de produtividade e liderança; e, 12 funcionários se inscreveram apenas nos cursos de liderança e marketing. Além disso, admita que nenhum funcionário se inscreveu em apenas um único curso de capacitação. O número de funcionários inscritos no curso de marketing é.

(A) 12

(B) 23

(C) 36

(D) 49

5. CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/APOIO ESPECIALIZADO/INFORMÁTICA/2017

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Em uma sala de 2º ano do Ensino Médio da Escola Y, sabe-se que 40% dos alunos gostam da área de exatas. Desses, 20 alunos gostam de Matemática, 18 alunos gostam de Física e 10 gostam das duas disciplinas. Quantos alunos há nessa turma de 2º ano do Ensino Médio da Escola Y?

(A) 28.

(B) 48.

(C) 60.

(D) 70.

**6. CONSULPLAN - AJ TRF2/TRF 2/JUDICIÁRIA/OFI-
CIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017**

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Uma papelaria fez uma pesquisa de mercado entre 500 de seus clientes. Nessa pesquisa encontrou os seguintes resultados.

- 160 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio;
- 180 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Fundamental II;
- 190 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Fundamental I;
- 20 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio e Fundamental I;
- 40 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio e Fundamental II;
- 30 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Fundamental I e II; e,
- 10 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio, Fundamental I e II.

Quantos clientes da papelaria compraram materiais, mas os filhos NÃO cursam nem o Ensino Médio e nem o Ensino Fundamental I e II?

- (A) 50.
- (B) 55.
- (C) 60.
- (D) 65.

**7. CONSULPLAN - OF ADM (PREF SABARÁ)/PREF SA-
BARÁ/2017**

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Num grupo de 40 cinéfilos tem-se que cada um deles tem o hábito de assistir pelo menos um dos três gêneros de filme. comédia, suspense ou ficção científica e, ainda, que.

- 18 assistem comédia;
- 20 assistem suspense;
- 27 assistem ficção científica;
- 7 assistem comédia e ficção científica;
- 12 assistem ficção científica e suspense; e,
- 4 assistem os 3 gêneros de filme.

O número de pessoas desse grupo que tem o hábito de assistir comédia e suspense, mas não ficção científica é.

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 11.
- (D) 13.

**8. CONSULPLAN - ADM (PREF SABARÁ)/PREF SABA-
RÁ/2017**

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Uma loja de roupas possui 300 camisas à venda, divididas em 3 categorias, de acordo com seu material de fabricação. poliéster, algodão e lã. Sabe-se que na loja há camisas de puro poliéster, puro algodão, poliéster com algodão e pura lã. Afirma-se, ainda, que 150 dessas camisas contêm poliéster, 30 são de pura lã e 180 contêm algodão. O número de camisas que são feitas de poliéster e algodão é.

- (A) 30.
- (B) 50.
- (C) 60.
- (D) 80.

**9. CONSULPLAN - AUD (PREF SABARÁ)/PREF SABA-
RÁ/2017**

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Uma academia dividiu seus alunos em 3 categorias. alunos que desejam ganhar massa magra, alunos que desejam emagrecer e alunos que desejam modelar o corpo. Sabe-se que um aluno pode estar em mais de uma categoria e, assim, a divisão demonstrou que.

- 61% dos alunos desejam ganhar massa magra;
- 48% dos alunos desejam emagrecer;
- 34% dos alunos desejam modelar o corpo;
- 15% dos alunos desejam ganhar massa magra e emagrecer;
- 20% dos alunos desejam ganhar massa magra e modelar o corpo; e,
- 20% dos alunos desejam emagrecer e modelar o corpo.

Sabendo que o número de alunos que desejam emagrecer, ganhar massa magra e perder peso é 60, então o número de alunos dessa academia é.

- (A) 450.
- (B) 500.
- (C) 580.
- (D) 600.

**10. CONSULPLAN - SEC (PREF JF)/PREF JF/ESCOLAR
I/2022**

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A Secretaria de Educação de Juiz de Fora realizou uma triagem com os alunos de uma unidade escolar que possui um total de 3.540 alunos. Nessa triagem, constatou-se

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018
Assunto: Operadores lógicos (representação simbólica; diferença entre proposição simples e composta).

Considere as seguintes proposições.

p. o Brasil é um país democrático e o time do Real Madrid, que pertence à França, foi campeão da última copa do mundo. q. O número 14 é um número par ou o número 35 é um número múltiplo.

Considerando V as proposições verdadeiras e F as falsas, é correto afirmar que as proposições p e q são, respectivamente.

- (A) V e F.
- (B) F e V.
- (C) V e V.
- (D) F e F.

2. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018
Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Analisando e completando a tabela-verdade da proposição $P(p, q) = \sim(p \wedge \sim q)$

p	q	$\sim q$	$p \wedge \sim q$	$\sim(p \wedge \sim q)$
V	V			
V	F			
F	V			
F	F			

O resultado final da última coluna será

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, V, F, F.
- (C) V, F, V, V.
- (D) F, F, V, V.

3. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018
Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Ao completar a tabela a seguir, de uma proposição da forma $A \rightarrow B$ (lê-se "se A, então B") temos a sequência

P	Q	$P \rightarrow Q$

V	V	
V	F	
F	V	
F	F	

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, V, F, F.
- (D) F, F, F, F.

4. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018
Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

A NEGAÇÃO de "hoje é natal e amanhã não é domingo" é.

- (A) Hoje é natal ou amanhã é domingo.
- (B) Hoje não é natal ou amanhã é domingo.
- (C) Hoje não é natal e amanhã não é domingo.
- (D) Hoje não é natal ou amanhã não é domingo.

5. CONSULPLAN - GP (CDP)/CDP/2020
Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Considere as premissas sobre as pessoas de uma família alguma pessoa chata; e, toda pessoa é feliz.

Dessa forma, assinale a alternativa correta,

- (A) Toda pessoa chata é feliz.
- (B) Toda pessoa feliz é chata.
- (C) Toda pessoa chata não é feliz.
- (D) Alguma pessoa chata não é feliz.
- (E) Algumas pessoa não chata não é feliz.

6. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018
Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Se todo X é Y e nenhum Y é K, pode-se concluir que a afirmativa verdadeira é

- (A) todo X é K.
- (B) todo K é Y.
- (C) nenhum X é K.
- (D) nenhum X é Y.

7. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018
Assunto: Raciocínio Crítico

Por Cesar Baima

14/12/2017 16.32 / Atualizado 14/12/2017 22.19

RIO — Cientistas anunciaram nesta quinta-feira a descoberta do primeiro sistema estelar com pelo menos tantos planetas quanto o nosso. Designado Kepler-90, ele já tinha sete planetas conhecidos, aos quais os pesquisadores Andrew Vanderburg, astrônomo da Universidade do Texas, e Christopher Shallue, engenheiro de software da divisão de inteligência artificial do Google, acrescentaram mais um – totalizando oito como o Sistema Solar – graças à aplicação de um novo método de aprendizado de máquina com base em redes neurais em dados coletados durante quatro anos pelo telescópio espacial Kepler, da Nasa, em sua missão original, entre 2009 e 2013.

(Disponível em. <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/cientistas-descobrem-outro-sistema-solar-com-mesmo-numero-de-planetas-que-nosso-22192254>.)

Tendo em vista os argumentos utilizados por Andrew Vanderburg, astrônomo da Universidade do Texas e Christopher Shallue, engenheiro de software da divisão de inteligência artificial do Google, pode-se afirmar que

- (A) o sistema descoberto faz parte do nosso Sistema Solar.
- (B) garantem a existência de vidas alienígenas em nossa galáxia.
- (C) afirmam que nosso encontro com extraterrestres é apenas uma questão de tempo.
- (D) eles sustentam sua descoberta com base em resultados verificados por equipamentos adequados.

8. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018

Assunto: Argumentos Indutivos, argumentos por abdução.

“Um gato preto a atravessar o meu caminho significa que o animal está a ir para algum lado.”

(Groucho Marx.)

70% dos gatos abandonados são pretos. Os números foram partilhados pela RSPCA, baseados em 1.000 gatos abandonados ao seu cuidado.

A principal causa apontada é a dificuldade dos donos em tirar fotografias com eles. Numa sociedade dominada pela exposição nas redes sociais e pelas selfies, ter um gato que parece sempre a silhueta de um gato, não parece cativar. Mas o fenômeno com os gatos pretos vai muito mais além de uma simples questão fotográfica. As superstições ainda estão muito vivas na nossa sociedade e os gatos pretos acabam por representar um enigma para muitas pessoas, que chegam a temê-los de forma irracional.

(Disponível em. <https://www.mundodosanimais.pt/gatos/gato-preto/>.)

Ao sair de casa, Silvana viu um gato preto e, logo a seguir, caiu e quebrou o braço. Maria viu o mesmo gato e, alguns minutos depois, foi assaltada. Joseph também viu o mesmo gato e, ao sair do estacionamento, bateu com o carro. Logo, o fato é

- (A) raciocínio lógico indutivo.
- (B) raciocínio lógico dedutivo.
- (C) indução por enumeração incompleta.
- (D) analogia, indução, probabilidade matemática.

9. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018

Assunto: Argumentos Indutivos, argumentos por abdução.

Ônibus são incendiados em Belo Horizonte e na Região Metropolitana

De acordo com a Polícia Militar, quatro coletivos foram atacados. Em um dos incêndios, os bandidos deixaram um bilhete reivindicando melhorias em presídio da Grande BH.

(Disponível em. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/onibus-sao-incendiados-em-belo-horizonte-e-na-regiao-metropolitana.ghtml>.)

Há fumaça saindo do terminal de ônibus intermunicipais e vários carros do Corpo de Bombeiros indo naquela direção. Pode-se concluir, portanto, que há incêndio no citado terminal. Temos, portanto, um argumento

- (A) dedutivo.
- (B) indutivo forte.
- (C) indutivo fraco.
- (D) lógico dedutivo.

10. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018

Assunto: Associação de informações

Wanderson, Marcos e Sérgio ocupam cargos de presidente, vice-presidente e supervisor numa determinada empresa. Cada um usa um meio de transporte para se dirigir ao trabalho. metrô, ônibus BRT e barca. Para descobrir que cargo cada um ocupa na empresa e o meio de transporte que cada um utiliza para se dirigir ao trabalho, temos as seguintes informações.

Marcos anda de barca;

Quem anda de metrô não é o presidente; e,

Wanderson não é o vice-presidente e Sérgio é o supervisor.

Considerando as seguintes conclusões.

- I. Sérgio anda de metrô.
- II. Marcos é o vice-presidente da empresa.
- III. Wanderson vai de ônibus BRT.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

1. CONSULPLAN - CONT (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Processador (CPU) e Arquitetura de Computador

“Serve para garantir e prover um perfeito contato da superfície do processador com o dissipador metálico do cooler.” Trata-se do componente.

- (A) Socket.
- (B) Jumpers.
- (C) Barramento.
- (D) Pasta térmica.

2. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/INFORMÁTICA/2022

Assunto: Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

Para que um computador funcione são necessários diversos componentes tanto de hardware quanto de software. “Componente do computador que consiste em um conjunto de locais, definidos por endereços numerados sequencialmente, onde cada local contém um número binário que pode ser interpretado como uma instrução ou um dado.” Trata-se de.

- (A) Módulo de memória.
- (B) Interpretador de instrução.
- (C) Registrador de buffer de E/S.
- (D) Módulo para funções aritméticas e lógicas.

3. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/INFORMÁTICA/2022

Assunto: Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

Quando a memória é atribuída dinamicamente, o sistema operacional deve gerenciá-la. Em relação ao gerenciamento da memória livre, uma maneira simples de gerenciar palavras na memória em uma quantidade fixa de memória é por meio de.

- (A) Paginação.
- (B) Mapa de bits.
- (C) Sobreposição.
- (D) Lista encadeada.

4. CONSULPLAN - CONT (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Barramentos, Placa-mãe e BIOS

“Conjunto de circuitos eletrônicos montados em uma pastilha de silício, geralmente composto por dois chips. Northbridge (Ponte Norte) e Southbridge (Ponte Sul).” A afirmação anterior se refere a.

- (A) Chipset.
- (B) Processador.
- (C) Registradores.
- (D) Memória cache.

5. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Conceitos Gerais de Sistemas Operacionais e Sistemas de Arquivos

Hodiernamente, todo computador possui um Sistema Operacional instalado. Os nomes Windows, Linux e MacOS são os mais conhecidos neste contexto. Assinale, a seguir, o conceito de Sistema Operacional.

- (A) Nome dado ao software que conecta hardwares periféricos a um computador.
- (B) Software que conecta computadores aos monitores e apresentam informações em tela.
- (C) Nome dado ao sistema de hardware formado por um processador e uma memória RAM.
- (D) Software capaz de gerenciar os recursos de um computador como processamento e memória.

6. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Windows 10

Ao utilizar o Sistema Operacional Windows 10, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, um usuário acionou, inadvertidamente, as seguintes teclas. [Win (Tecla Windows) + CTRL + F4]. Dessa forma, uma ação foi executada; assinale-a.

- (A) Abrir a Cortana no modo de escuta.
- (B) Adicionar uma área de trabalho virtual.
- (C) Fechar a área de trabalho virtual que está sendo usada.
- (D) Alternar entre áreas de trabalho virtuais que foram criadas à direita.

7. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Windows 11

Considere para a análise da questão a utilização do Sistema Operacional Microsoft Windows 11, configuração padrão, idioma Português-Brasil. Um servidor do departamento administrativo do Ministério Público do Estado do Pará, lotado no município de Santarém, estava utilizando tal Sistema Operacional; porém, o seu mouse deixou de funcionar. No momento do ocorrido, o seguinte cenário de trabalho estava aberto.



Considerando a urgência do servidor em concluir o trabalho em andamento, a sequência de teclas de atalho para selecionar todos os documentos desse diretório e, em seguida, removê-los de forma definitiva do computador de trabalho, é.

- (A) Ctrl + T / Delete
- (B) Ctrl + A / Delete
- (C) Ctrl + T / Shift + Delete
- (D) Ctrl + A / Shift + Delete

8. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Word 2013

Para alinhar um parágrafo à margem esquerda, em um documento editado pelo Microsoft Word 2013, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, um usuário, ao fazer uso dos atalhos do teclado, deverá acionar as seguintes teclas.

- (A) CTRL + P
- (B) CTRL + Q
- (C) CTRL + S
- (D) CTRL + W

9. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Word 2019

A mala direta é um recurso capaz de otimizar processos e aumentar a produtividade de qualquer equipe. Um dos primeiros passos para utilizá-la é a preparação da fonte de dados. Sobre uma fonte de dados para mala direta, assinale a afirmativa correta.

- (A) É sempre originada a partir de um arquivo no formato CSV.
- (B) É sempre originada a partir de um arquivo no formato .XLS.
- (C) Consiste em um conjunto de dados separados apenas por linhas.
- (D) Consiste em uma matriz que contém dados distribuídos em linhas e colunas.

10. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Excel 2013

Fórmulas matriciais são capazes de estender uma fórmula a um grupo de células adjacentes digitando-a apenas uma vez, aumentando a produtividade. Assinale, a seguir, uma forma correta de se criar uma fórmula matricial no Microsoft Excel 2013.

- (A) Pressionar ALT + ENTER após digitar a fórmula.
- (B) Pressionar CTRL + SHIFT + ENTER após digitar a fórmula.
- (C) Clicar no botão “Fórmula matricial” no grupo “Fórmulas”, na guia “Inserir”, antes de digitar a fórmula.
- (D) Clicar no botão “Matrizes” no grupo “Biblioteca de funções”, na guia “Fórmulas”, antes de digitar a fórmula.

11. CONSULPLAN - CONT (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Excel 2013

Ao trabalhar em uma planilha com o Microsoft Excel 2013, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, despretensiosamente, as teclas [CTRL + 2] e [CTRL + 3] foram digitadas. Respectivamente, duas ações ocorreram após esses comandos; assinale-as.

- (A) Aplica ou remove tachado / Aplica ou remove formatação em itálico
- (B) Aplica ou remove formatação em negrito / Aplica ou remove tachado
- (C) Aplica ou remove formatação em itálico / Aplica ou remove formatação em negrito
- (D) Aplica ou remove formatação em negrito / Aplica ou remove formatação em itálico

12. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Excel 2016

Para aplicar sublinhado dentro de uma célula, no Microsoft Excel 2016, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, um usuário poderá utilizar dois atalhos de teclado de teclado; assinale-os.

- (A) CTRL + Z; CTRL + 2

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. CONSULPLAN - ANA JUR (MPE PA)/MPE PA/2022

Assunto: Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Determinar, na Ciência Jurídica, o que é o Direito Administrativo, tem sido tarefa dos doutrinadores. Sobre o conceito de Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Ramo do Direito Público que estuda princípios e regras reguladores do exercício da função administrativa.

II. Ramo do Direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

III. Ramificação autônoma da Ciência Jurídica, atrelada ao direito público, concentrando o plexo de relações jurídicas que imantam o elo “Estado versus contribuinte”, na atividade financeira do Estado, quanto à instituição, fiscalização e arrecadação de tributos.

IV. Conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Nos termos doutrina pátria, são conceitos possíveis para o Direito Administrativo, apenas

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.

2. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Fonte é o local de onde surge algo. No caso do Direito, de onde emanam as normas jurídicas. Sobre as fontes do Direito Administrativo, nos termos da doutrina brasileira consolidada, são consideradas fontes primárias, EXCETO.

- (A) Lei ordinária municipal.
- (B) Lei complementar Federal.

(C) Súmula ou enunciado de Tribunal.

(D) Constituição da República Federativa do Brasil.

3. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Reconhecida a existência de dois sistemas administrativos, quais sejam, francês e inglês, têm-se consolidados os moldes de um sistema de unicidade de jurisdição e outro de dualidade de jurisdição. No que diz respeito aos sistemas anteriormente mencionados, é correto afirmar que.

(A) O ordenamento jurídico pátrio veda a imposição de acesso a qualquer instância/órgão administrativo como pressuposto a pleitos judiciais.

(B) O sistema adotado no Brasil é o de dualidade de jurisdição, pelo qual se viabiliza o acesso a decisões administrativas não suscetíveis de revisão na esfera judiciária.

(C) Por corolário da unicidade de jurisdição, as decisões proferidas por órgãos administrativos fazem coisa julgada desde que alcançada a última instância de referida esfera.

(D) Pelo sistema de unicidade de jurisdição todas as questões, inclusive de cunho administrativo, podem ser apreciadas pelo Judiciário, o que não impede que a própria Administração Pública solucione determinadas questões de natureza administrativa.

4. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

Analise as seguintes afirmativas sobre o regime de direito utilizado pela Administração Pública.

I. Nas relações entre pessoas jurídicas de direito público, as prerrogativas e privilégios se presumem independentemente de previsão legal, diferentemente do direito comum de que a Administração participa aonde, no silêncio da lei, inexistem prerrogativas.

II. As derrogações do direito comum podem ter tal monta nas relações em que a Administração participa que o instituto pode assumir feição diversa mais próxima do direito público do que do direito privado.

III. Não há limites para as derrogações do direito comum nas relações em que a Administração participa salvo se o regime jurídico privado seja imposto pela Constituição Federal.

IV. Os serviços de telecomunicações são exemplos de serviços cujo regime jurídico é o de direito público a ser observado pela Administração Pública, cuja determinação vem da Constituição.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

5. CONSULPLAN - EST DIR (PGE ES)/PGE ES/2021

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os principais administrativos são balizas fundamentais norteadoras de todo o modo de agir da Administração Pública, sejam eles expressos na CRFB/88, sejam eles implícitos, isto é, aqueles reconhecidos pela doutrina e jurisprudência. Diante do exposto, trata-se de um princípio administrativo reconhecido.

- (A) Eficiência.
- (B) Moralidade.
- (C) Impessoalidade.
- (D) Supremacia do interesse público.

6. CONSULPLAN - EST DIR (PGE ES)/PGE ES/2021

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A possibilidade de a Administração Pública transacionar, que vem sendo robustecida pela legislação, configura uma mitigação do princípio da.

- (A) Autotutela.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Supremacia do interesse público.
- (D) Indisponibilidade do interesse público.

7. CONSULPLAN - RED (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Sobre os princípios da moralidade e da publicidade na administração pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) O princípio da publicidade não se confunde com publicação.
- (B) O princípio da moralidade administrativa não se confunde com a moralidade comum.

(C) O princípio da moralidade administrativa não tem previsão expressa na Constituição Federal.

(D) O princípio da publicidade também representa condição de eficácia para os atos administrativos.

8. CONSULPLAN - RED (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Sobre o princípio da legalidade para a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Para o direito público a legalidade significa que o administrador pode fazer tudo aquilo que a lei não proibir.

II. Sob o enfoque do critério de subordinação à lei, o administrador só pode fazer aquilo que a lei autoriza ou determina.

III. A existência da legalidade não exclui hipóteses de discricionariedade do administrador.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

9. CONSULPLAN - CONS LEG (CM BH)/CM BH/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS/2018

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

Quanto aos fundamentos do direito administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Dentre as prerrogativas advindas do regime jurídico-administrativo, destaca-se o dever de prestar contas ao cidadão.
- (B) As prerrogativas públicas decorrem do princípio da indisponibilidade, enquanto as sujeições decorrem da supremacia do interesse público.
- (C) Dentre as sujeições advindas do regime jurídico-administrativo, destacam-se o poder de polícia e a intervenção do estado na propriedade.
- (D) O regime jurídico-administrativo sustenta-se nos pilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade dos interesses e bens públicos.

10. CONSULPLAN - RED (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

Ao tratar dos princípios que regem a administração pública, a doutrina se refere a dois princípios, chamando-os de pedras de toque ou supraprincípios, pois, a partir destes dois, se extraem inúmeros outros. São eles.

- (A) Da legalidade e da finalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONSULPLAN - JE TJMG/TJ MG/2018

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

Avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. “Os princípios fundamentais constituem os alicerces, a base, a fundação do edifício jurídico constitucional, condição para que as demais normas assentem sobre a matriz político-constitucional do Estado. Em nossa Constituição, o princípio republicano, não o princípio democrático, alicerça a temática insculpida no art. 37, caput.”

PORQUE

II. “O princípio democrático é postulado do regime político e o princípio republicano é postulado da forma de governo.” A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- (A) A segunda afirmativa é falsa e a primeira verdadeira.
- (B) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

2. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Princípios Constitucionais sensíveis, estabelecidos e extensíveis

O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade de uma lei federal que concedia, em transporte público interestadual, passe livre para pessoas com deficiência. Com fundamento no Direito Constitucional, pode se afirmar que a referida lei federal buscou realizar os princípios constitucionais da.

- (A) Propriedade e Isonomia.
- (B) Soberania e Ordem Econômica.
- (C) Livre Iniciativa e Livre concorrência.
- (D) Cidadania e Dignidade da Pessoa Humana.

3. CONSULPLAN - EST DIR (PGE ES)/PGE ES/2021

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

A atual Constituição Federal brasileira é classificada como promulgada, pois foi votada e aprovada por representantes democraticamente eleitos pelo povo, por meio da Assembleia Nacional Constituinte, diferentemente de outras constituições outorgadas. Assim, considerando os critérios de classificação das constituições quanto estabilidade e extensão, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é.

- (A) Rígida e analítica.
- (B) Flexível e sintética.
- (C) Imutável e material.
- (D) Semirrígida e analítica.

4. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

A Constituição, que concentra a fonte de validade de todo o ordenamento jurídico estatal, possui normas que podem ser entendidas em dois sentidos, o material e o formal. Quanto aos sentidos material e formal das normas constitucionais, é correto afirmar que.

- (A) A norma que disciplina o prazo para julgamentos da justiça desportiva, prevista no parágrafo segundo do art. 217 da Constituição, é materialmente constitucional.
- (B) A Constituição, em sentido formal, se limita às normas que tratam da organização do Estado, de seus órgãos, de suas competências e dos direitos individuais fundamentais.
- (C) A exigência de um processo de aprovação mais solene, de quórum qualificado, de iniciativa reservada, são critérios para identificação de uma norma materialmente constitucional.
- (D) Constituição em sentido material, de acordo com o pensamento kelseniano, corresponde à norma que regula a produção das demais normas, representando o mais alto nível do Direito positivo.

5. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

Acerca da rigidez constitucional e do sistema de controle de constitucionalidade do nosso país, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da constitucionalidade que afeta e obriga todos os comportamentos públicos e privados havidos em determinado Estado enseja, paralelamente ao controle de constitucionalidade, a questão da rigidez constitucional.

II. A rigidez constitucional equivale à imutabilidade absoluta da Constituição e deriva da soberania constituinte originária e da supremacia das normas constitucionais.

III. A estabilidade e a mudança constitucionais são realidades necessárias e coexistentes no processo constitucional brasileiro não admitindo níveis de hierarquia interna das normas constitucionais.

IV. As modificações constitucionais podem ser classificadas como formais, denominadas doutrinariamente como reforma ou revisão, ou informais, também denominadas mutações constitucionais. A reforma constitucional faz-se por um processo formal, exercido pelo poder constituinte originário, observados os limites materiais e formais do texto constitucional.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) As afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (D) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras.

6. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2018

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

A atual Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como.

- (A) Escrita, eclética e analítica.
- (B) Escrita, sintética e ortodoxa.
- (C) Escrita, imutável e preceitual.
- (D) Consuetudinária, sintética e rígida.

7. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

A atual Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como.

- (A) Escrita, outorgada e liberal.
- (B) Escrita, semântica e sintética.

- (C) Normativa, sintética e cesarista.
- (D) Promulgada, dogmática e analítica.

8. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2018

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Em relação à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As normas constitucionais de eficácia plena são suscetíveis de aplicação sem solução de continuidade.
- (B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação diferida, e não aplicação ou execução imediata como as normas programáticas.
- (C) As normas constitucionais de eficácia limitada não são providas de aplicabilidade direta e imediata, vez que carecem de regulamentação para tornarem-se aplicáveis.
- (D) As normas constitucionais de eficácia contida não são dotadas de aplicabilidade integral, já que há a possibilidade do alcance do preceito ser reduzido pela legislação ordinária.

9. CONSULPLAN - COORD PL (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O poder constituinte compreende o poder responsável pela criação, modificação ou mesmo extinção de normas constitucionais. O poder constituinte se divide em duas espécies. A respeito das espécies de poder constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) A ordem jurídica começa com o poder constituinte originário.
- (B) O poder constituinte remanescente é ilimitado e incondicionado.
- (C) O poder constituinte decorrente é responsável pela modificação das normas da Constituição Federal.
- (D) O poder constituinte secundário reformador é responsável pela elaboração das Constituições Estaduais.

10. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Em relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Poder Constituinte decorrente é inicial, autônomo e incondicionado juridicamente.
- (B) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou estado de sítio.

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2018

Assunto: Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

Leia o texto a seguir para responder à questão.

O “sistema clássico” foi responsável pela divisão da ação humana em dois segmentos distintos. De um lado, o querer interno do agente; de outro, “o processo causal” visível, isto é, a conduta corporal do agente e o seu “efeito” ou resultado. Situava-se no injusto o encadeamento causal externo e, na culpabilidade, todos os elementos subjetivos, isto é, os elementos internos (anímicos) do agente.

Considerando a tradição germânica da teoria geral do crime, é correto afirmar, quanto a essa concepção e respectiva orientação metodológica, que o texto anterior se refere ao modelo

- (A) socialista e à filosofia neokantiana.
- (B) funcionalista e à teoria de sistemas.
- (C) causalista e ao positivismo naturalista.
- (D) finalista e à filosofia ontofenomenológica.

2. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

Dentre as modernas teorias sobre a imputação penal, cresceu, no Brasil, nos últimos anos, o debate sobre a “teoria da imputação objetiva de Claus Roxin”. Quanto às bases do sistema jurídico-penal concebido por Claus Roxin, no panorama da teoria geral do delito, assinale a alternativa correta.

- (A) A doutrina radical-sistêmica (ou racional-anímica) caracteriza-se pela projeção da tipicidade objetiva como principal elemento da antijuridicidade, no contexto do finalismo.
- (B) A doutrina teleológico-sistêmica (ou racional-final) caracteriza-se pela projeção da tipicidade subjetiva como principal elemento da culpabilidade, no contexto do neokantismo.
- (C) A doutrina normativo-teleológica (ou racional-funcional) caracteriza-se pela inserção de elementos po-

lítico-criminais nas categorias dogmático-penais, no contexto do funcionalismo.

(D) A doutrina natural-sistêmica (ou racional-causal) caracteriza-se pela negação de relevância jurídica do erro que incide sobre os pressupostos fáticos do processo causal, no contexto do causalismo.

3. CONSULPLAN - JE TJMG/TJ MG/2018

Assunto: Princípio da Legalidade Penal, da Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes

Sobre o princípio da legalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É considerado por setor da doutrina como restrição deontológica de segundo grau, que não admite exceções.
- (B) Tem como destinatários tanto o Juiz quanto o legislador e, no processo judicial, incide não apenas na fase de conhecimento, como também na fase de execução das penas.
- (C) Tem como consectários a proibição de analogia em Direito Penal, de irretroatividade da lei penal gravosa, de utilização dos costumes para fundamentar ou agravar a pena e de criação de leis penais indeterminadas ou imprecisas.
- (D) Tem âmbito de aplicação mais abrangente do que indica o teor literal da fórmula em latim “Nulla poena sine lege; nulla poena sine crimine; nullum crimen sine poena legali”, pois abrange crimes e contravenções penais, além de penas e medidas de segurança.

4. CONSULPLAN - GP (CDP)/CDP/2020

Assunto: Princípios Constitucionais de Direito Penal

Assinale a alternativa que NÃO complementa corretamente o enunciado Estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

- (A) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (B) No caso de iminente perigo público a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurando ao proprietário indenização ulterior, se

houver dano.

(C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

(D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(E) A lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os quem podendo evitá-los, se omitirem.

5. CONSULPLAN - ANA JUR (MPE PA)/MPE PA/2022
Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal

Analise os itens a seguir, tendo como referência a principiologia do Direito Penal.

I. São requisitos essenciais para aplicação do princípio da intervenção mínima. nenhuma periculosidade social da ação, mínima ofensividade da conduta do agente, grau reduzido de reprovabilidade de comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

II. O princípio da insignificância confunde-se com o conceito das infrações de menor potencial ofensivo, haja vista que o Direito Penal não deve se ocupar de matérias sem relevância.

III. Do princípio da intervenção mínima se extrai a natureza subsidiária do Direito Penal. Desta feita o Direito Penal somente se apresentará quando os demais ramos do ordenamento jurídico se mostrarem insuficientes para a proteção dos bens jurídicos considerados de maior importância.

IV. O princípio da lesividade (*nullum crimen sine iniuria*) exige que do fato praticado pelo agente ocorra lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado. Sendo assim, a mera representação ou cogitação do fato criminoso é indiferente para o Direito Penal.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

6. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal

“Pode-se afirmar que constitui verdadeira barreira ao abuso da intervenção punitiva do Estado, evitando-se o exagero da utilização desmedida do Direito Penal como agente solucionador de conflitos e panaceia de todos os males. Busca restringir o âmbito de atuação do Direito Penal às situações realmente relevantes, em que a ação do Estado seja necessária e outros ramos do Direito não sejam capazes de dar solução adequada ao conflito.” Tal assertiva relaciona-se com o Princípio da.

- (A) Lesividade.
- (B) Legalidade.
- (C) Culpabilidade.
- (D) Intervenção mínima.

7. CONSULPLAN - ANA JUR (MPE PA)/MPE PA/2022
Assunto: Lei Penal (conceito, classificação, características, interpretação)

Acerca da interpretação da Lei penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quanto aos meios, a interpretação da Lei penal pode ser legislativa, científica ou judicial.
- (B) Pode-se entender a interpretação analógica como uma espécie do gênero “interpretação extensiva”.
- (C) A analogia, modalidade de interpretação, permite ao julgador atuar sempre no preenchimento de lacunas da Lei.
- (D) Na interpretação teleológica, o intérprete da Lei penal busca simplesmente o real e efetivo significado das palavras.

8. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Lei Penal (conceito, classificação, características, interpretação)

A norma penal incriminadora é formada basicamente por dois preceitos. o preceito primário (ou *preceptum juris*), em que se prevê a conduta abstrata que a sociedade pretende punir, o preceito secundário (ou *sanctio juris*), em que se fixa a sanção penal correspondente. As normas que necessitam de complementação no preceito secundário, por não trazerem a cominação da pena correspondente à prática da conduta típica são chamadas de normas penais.

- (A) Explicativas.
- (B) Em branco homogêneas.
- (C) Em branco heterogêneas.
- (D) Imperfeitas (ou incompletas *strictu sensu*).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2018

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

De acordo com a Jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É relativa a nulidade de julgamento pelo Júri, por falta de quesito obrigatório.
- (B) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é amplo, não se restringindo aos fundamentos da sua interposição.
- (C) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- (D) A competência constitucional por prerrogativa de função estabelecida pela Constituição Estadual prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri, tendo em vista o princípio federativo e a autonomia dos Estados.

2. CONSULPLAN - GP (CDP)/CDP/2020

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Sobre o tratamento que o Código de Processo Penal dá ao Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa sempre que servir de base a uma ou outra.
- (B) O Inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, convertendo-se da inexistência de crime.
- (D) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão dos autos do inquérito.
- (E) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e neste caso, rubricadas pela autoridade.

3. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Quanto ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito não poderá ser iniciado sem ela.
- (B) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito por requisição do Ministério Público ou a requerimento de quem tenha qualidade para a propositura da ação penal.
- (C) Se o Delegado de Polícia, ao concluir as investigações, não reunir prova da existência do crime ou indícios suficientes de sua autoria, deverá, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa, promover o arquivamento do inquérito policial.
- (D) Para deflagrar a instauração de inquérito policial, qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá comunicá-la à autoridade policial, desde que o faça por escrito, tendo em vista a vedação constitucional do anonimato.

4. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/DIREITO/2019

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

“A perda do direito de agir, pelo decurso de determinado lapso temporal, estabelecido em lei, provocando a extinção da punibilidade do agente.” O conceito apresentado por Guilherme Souza Nucci, em sua obra Curso de Direito Processual Penal, corresponde ao instituto da.

- (A) Renúncia.
- (B) Preclusão.
- (C) Prescrição.
- (D) Decadência.

5. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/DIREITO/2019

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

A ação penal inicia-se com o oferecimento da denúncia ou queixa, se pública ou privada. A demanda será considerada ajuizada a partir do momento em que há o re-

cebimento da peça inicial pelo juiz, sendo aperfeiçoada a relação processual com citação do réu. Sobre a ação penal é correto afirmar que.

- (A) Somente ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação pública.
- (B) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com a queixa efetuada pelo ofendido, acompanhada de parecer do Ministério Público.
- (C) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- (D) Se o ofendido for mentalmente enfermo, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público

6. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

No curso da ação penal pública, foi realizado, a pedido da defesa, incidente de verificação de sanidade mental, o qual concluiu pela inimputabilidade do denunciado, em virtude de doença mental. O respectivo laudo foi juntado aos autos e homologado pelo juízo. A partir deste momento processual, o que ocorre com o processo?

- (A) Será extinto sem julgamento do mérito, com aplicação de medida de segurança.
- (B) Será extinto com julgamento do mérito, mediante sentença de absolvição própria ou imprópria, aplicando-se medida de segurança.
- (C) Terá curso regular até sentença final, onde, independentemente das provas colhidas durante a fase de instrução, o réu será absolvido impropriamente, já que inimputável.
- (D) Terá curso regular até sentença final, onde, comprovadas autoria e materialidade delitivas e não havendo excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade, salvo a inimputabilidade por doença mental, o réu será alvo de absolvição imprópria.

7. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2018

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

No sistema jurídico brasileiro, considerando-se a modalidade de ação penal e a terminologia adequada dos institutos processuais, é correto afirmar que.

- (A) Nos crimes de ação penal privada, a queixa deve ser apresentada exclusivamente perante a Autoridade Judiciária, mediante assistência técnica de advogado.
- (B) Nos crimes de ação penal pública, a queixa deve ser apresentada pelo ofendido perante o Delegado de Polícia, funcionando como causa de suspensão da

prescrição.

- (C) Nos crimes de ação penal privada, a denúncia deve ser apresentada pelo Ministério Público, perante o Juiz de Direito, até 6 (seis) meses após a representação do ofendido.
- (D) Nos crimes de ação penal privada, a queixa deve ser apresentada por advogado perante o Delegado de Polícia, funcionando como causa de interrupção da prescrição.

8. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Jurisdição e Competência - Conceitos Gerais

Quanto às regras de competência, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O concurso entre crime comum e militar constitui causa de separação obrigatória de processos.
- (B) Para definição da competência territorial, nosso ordenamento jurídico adotou a teoria da atividade.
- (C) A conexão instrumental ocorre quando a prova de uma infração influi na prova de outra e recomenda a reunião de processos.
- (D) Será prorrogada a competência do juiz presidente do tribunal do júri em caso de desclassificação em plenário para crime não doloso contra a vida.

9. CONSULPLAN - ANA JUR (MPE PA)/MPE PA/2022

Assunto: Critério de Fixação de Competência

Sobre a competência no processo penal brasileiro, é correto afirmar que.

- (A) Será, de regra, regulada pelo domicílio ou residência do réu.
- (B) A conexão importará sempre unidade de processo e julgamento.
- (C) A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.
- (D) Será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

10. CONSULPLAN - JE TJMG/TJ MG/2018

Assunto: Critério de Fixação de Competência

Em relação à competência no processo penal, analise as afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Na determinação da competência por conexão ou continência, havendo concurso de jurisdições da mesma categoria, prepondera a do lugar da infração a qual for cominada a pena mais grave.

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com as hipóteses de atos que demandam averbação em registro público contempladas pelo art. 10, do Código Civil, assinale a alternativa que se insere nesse rol.

- (A) Os atos extrajudiciais que reconhecerem a filiação.
- (B) A interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- (C) A sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (D) A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.

2. CONSULPLAN - ANA JUR (MPE PA)/MPE PA/2022 Assunto: Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Observe a definição a seguir sobre os direitos da personalidade.

São aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais. A ideia a nortear a disciplina dos direitos da personalidade é a de uma esfera extrapatrimonial do indivíduo, em que o sujeito tem reconhecidamente tutelada pela ordem jurídica uma série indeterminada de valores não redutíveis pecuniariamente, como a vida, a integridade física, a intimidade, a honra, dentre outros.

Conforme preceituado pelo Código Civil, a partir da análise de suas características, os direitos da personalidade são, em regra.

- (A) Vitalícios.
- (B) Relativos.
- (C) Prescritíveis.
- (D) Renunciáveis.

3. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Das Associações (arts. 53 a 61)

À vista das disposições do Código Civil que regulamentam as fundações, assinale a alternativa correta.

(A) Os associados devem ter direitos iguais, mas o estatuto pode estabelecer categorias com vantagens especiais.

(B) No silêncio do estatuto a esse respeito, a qualidade de associado é transmissível ao talante dos interessados no câmbio.

(C) As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos, forjando entre os associados direitos e obrigações recíprocos.

(D) É da competência privativa da assembleia geral a destituição dos administradores da associação. Em caso de negativa da diretoria em convocar a assembleia geral para debater e deliberar sobre a matéria, é garantido a 1/6 dos associados o direito de promovê-la.

4. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/DIREITO/2019

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

Os bens jurídicos podem ser definidos, na lição de Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, “como toda a utilidade física ou ideal, que seja objeto de um direito subjetivo”. Segundo o Código Civil, tais bens podem ser classificados de diferentes maneiras. Acerca dessas classificações, assinale a alternativa correta.

(A) Os bens infungíveis são aqueles que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade. Desta forma, apenas os bens imóveis podem ser classificados como bens infungíveis.

(B) Os bens fungíveis são aqueles que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. Desta forma, pode-se afirmar que um automóvel não é bem fungível, por se tratar de bem complexo e possuir número de identificação (chassi).

(C) Os bens imóveis são aqueles que não podem ser removidos ou transportados sem a sua deterioração ou destruição. Desta forma, a edificação que, separada do solo, conservando-se a sua unidade, for removida para outro local, perde temporariamente sua natureza de bem imóvel.

(D) Os bens móveis são aqueles que podem ser transportados, por força própria ou de terceiro, sem a deterioração, destruição e alteração da substância ou da destinação econômico-social. Desta forma, os materiais destinados a alguma construção, enquanto não

forem empregados, conservam sua qualidade de móveis. Uma vez empregados ao bem imóvel, em caso de demolição, não readquirem a qualidade de bens móveis.

5. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Classificação dos Bens (art. 79 a 97)

Tendo em mira a classificação dos bens feita pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens imóveis para os efeitos legais.
- (B) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertencentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (C) Os tijolos adquiridos para emprego futuro na construção de uma casa são considerados bens imóveis por acessão intelectual desde o momento da aquisição.
- (D) As janelas retiradas de uma casa para a realização de obras de expansão, com a intenção de reposição em outro local do mesmo imóvel, não perdem a qualidade de bens imóveis.

6. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)

Considerando as disposições do Código Civil acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A disposição contida no art. 113, do Código Civil, estabelece regra hermenêutica centrada na boa-fé subjetiva.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ainda que cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) A manifestação de vontade subsiste, ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (D) O Código Civil concede ao silêncio o status de declaração de vontade, possível quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, ainda que a hipótese verse sobre negócio jurídico solene.

7. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Da Representação (arts. 115 a 120)

Analise as proposições destacadas a seguir e assinale a correta.

- (A) A declaração de vontade dependerá de forma especial para sua validade, salvo quando a lei expressamente dispensá-la.
- (B) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- (C) É nulo o negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele contratou.
- (D) Dentre os bens públicos discriminados pelo art. 99, do Código Civil, os de uso comum e os de uso especial são inalienáveis enquanto não desafetados, mas os dominicais são alienáveis independentemente de qualquer outra exigência legal.

8. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

De acordo com a estrutura traçada pelo Código Civil para os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Dentre os elementos subjetivos que tipificam a lesão, não figura a inexperiência.
- (B) Para que a lesão fique configurada, a desproporção manifesta das prestações pode ocorrer no mesmo momento da contratação ou em momento superveniente.
- (C) Os negócios jurídicos podem ser anulados por fraude contra credores na forma do art. 171, II, do Código Civil, independentemente de boa-fé do terceiro adquirente.
- (D) A alienação gratuita de bens do devedor pode ser anulada por fraude contra credores, conforme disposto no art. 158, do Código Civil, independentemente de boa-fé do devedor alienante.

9. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

De acordo com a disciplina traçada pelo Código Civil acerca dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. FGV - DP RJ/DPE RJ/2021

Assunto: Introdução. Teorias, Histórico, Natureza e Conceito do Processo Civil

Entre as características e contornos do processo estrutural, estão.

- (A) predomínio de protagonismo judicial, com pouco espaço para o consensualismo, dada a indisponibilidade dos interesses em jogo;
- (B) utilização de técnicas processuais flexibilizadoras, sem prejuízo do respeito a garantias básicas, como a estabilização do pedido e a congruência entre pedido e sentença;
- (C) existência de decisões “em cascata”, estabelecimento de planos e atenção a regimes de transição;
- (D) preocupação com a eficiência do procedimento, a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade da atividade satisfativa;
- (E) utilização constante de precedentes vinculantes, proliferação de negócios jurídicos processuais e incentivo à atuação de amici curiae.

2. IMPARH - EST (PGM FORTALEZA)/PREF FORTALEZA/CURSO DE DIREITO/2022

Assunto: Aplicação das Normas Processuais (arts. 13 a 15)

Acerca do tema mediação e arbitragem, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.
- (B) A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.
- (C) A arbitragem poderá ser de direito, sendo vedado que estabeleçam julgamento por equidade.
- (D) A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará sempre o dever de sigilo.

3. IESES - NER (TJ RO)/TJ RO/PROVIMENTO/2021 Assunto: Aplicação das Normas Processuais (arts. 13 a 15)

Com relação à aplicação da Lei Processual Civil no tempo, é correto afirmar.

- (A) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, salvo se mais gravosa (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada).
- (B) A norma processual retroagirá sempre, em especial se for heterotópica (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada).
- (C) A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada).
- (D) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada).

4. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE MS)/PGE MS/2021 Assunto: Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Suponha que Roberto tenha ingressado em juízo com ação de cobrança da quantia de R\$ 150, proveniente da venda de uma bicicleta usada. O juiz indeferiu a petição inicial sob o pretexto de que o valor pretendido pelo requerente era inferior ao valor das despesas despendidas pelo Estado na solução da controvérsia. Nessa situação, a decisão do juiz constitui ofensa ao princípio

- (A) do contraditório.
- (B) da ampla defesa.
- (C) da indisponibilidade da jurisdição.
- (D) da preclusão.
- (E) da inércia da jurisdição.

5. CEBRASPE (CESPE) - TAJ (TJ RJ)/TJ RJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2021

Assunto: Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Assinale a opção correspondente ao princípio processual por meio do qual é vedado ao Estado-juiz dar início a um processo judicial ex officio.

- (A) princípio da isonomia
- (B) princípio de inércia da jurisdição
- (C) princípio do contraditório
- (D) princípio da ampla defesa
- (E) princípio do juiz natural

6. METROCAPITAL - PJUR (PREF N ODESSA)/PREF NOVA ODESSA/2022

Assunto: Da Jurisdição (art. 16)

Da Jurisdição da Ação, que trata o Livro II, Título I do Código de Processo Civil, temos como incorreto que.

- (A) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- (B) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- (C) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- (D) É inadmissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- (E) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; da autenticidade ou da falsidade de documento.

7. CEBRASPE (CESPE) - ANA LEG (ALECE)/ALECE/DIREITO/2021

Assunto: Da Jurisdição (art. 16)

Tendo em vista o ordenamento jurídico nacional, é correto afirmar que jurisdição é um método

- (A) autocompositivo, em que as partes solucionam seu conflito sem a intervenção de qualquer terceiro.
- (B) heterocompositivo, em que as partes solucionam seu conflito sem a intervenção de qualquer terceiro.
- (C) autocompositivo, que depende de terceiro imparcial para solucionar o conflito existente entre as partes.
- (D) autocompositivo, em que as partes têm a opção de solucionar o conflito com ou sem a intervenção de terceiro.
- (E) heterocompositivo, que depende de terceiro imparcial para solucionar o conflito existente entre as partes.

8. CEBRASPE (CESPE) - PGE PB/PGE PB/2021

Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

Determinado indivíduo ajuizou ação de responsabilidade civil do Estado e, em sua petição inicial, narrou situação de erro médico ocorrido em determinado hospital público do estado da Paraíba. Em sua defesa, o referido ente federativo argumentou que a cirurgia ocorrera em outro estado da Federação, motivo pelo qual requereu que fosse reconhecida sua ilegitimidade passiva. Ao apreciar a preliminar suscitada, o magistrado considerou que a legitimidade das partes deve ser aferida de acordo com as alegações deduzidas, em tese, na petição inicial, motivo pelo qual rejeitou o argumento de carência da ação.

Nessa situação hipotética, ao proceder dessa forma no exame da legitimidade das partes, o magistrado adotou a denominada teoria

- (A) da exposição.
- (B) da verossimilhança preponderante.
- (C) imanentista.
- (D) da asserção.
- (E) do isolamento dos atos processuais.

9. CEBRASPE (CESPE) - TAJ (TJ RJ)/TJ RJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2021

Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

Constitui condição da ação civil

- (A) a existência de pedido.
- (B) o recolhimento de custas processuais para quem não é beneficiário da gratuidade de justiça.
- (C) a legitimidade das partes.
- (D) o processamento da ação perante o juízo competente.
- (E) a representação dos incapazes por seus representantes legais.

10. IDIB - ALEG (CM PLANALTINA)/CM PLANALTINA/ANALISTA JURÍDICO/2021

Assunto: Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

Sobre a cooperação internacional prevista no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. O Ministério Público exercerá a função de autoridade central, ainda que não haja a respectiva designação no tratado.

II. Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.

III. A cooperação jurídica internacional poderá ter por objeto, por exemplo, a colheita de provas e obtenção de informações.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

Para que as organizações consigam executar plenamente as suas atividades, alcançado os resultados esperados a partir da utilização eficiente dos recursos disponíveis, é necessário que um conjunto de atividades funcione de forma permanente e coordenada. Este conjunto de atividades é conhecido como processo administrativo, sendo composto por quatro funções. Em relação às funções administrativas, classifique-as em. 1. Planejar; 2. Organizar; 3. Dirigir; e, 4. Controlar.

() Função administrativa que consiste em medir e corrigir o desempenho para assegurar que os objetivos organizacionais e os planos estabelecidos para alcançá-los sejam realizados.

() Processo de assumir tarefas, alocar recursos e arranjar atividades coordenadas para implementar planos.

() Função administrativa que define os objetivos e decide sobre os recursos e tarefas necessárias para alcançá-los adequadamente.

() Processo de conduzir as atividades das pessoas que atuam na organização a rumos estabelecidos previamente.

A sequência está correta em

- (A) 3, 4, 1, 2
- (B) 4, 2, 1, 3
- (C) 1, 3, 2, 4
- (D) 2, 4, 3, 1

2. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2019

Assunto: Eficiência, eficácia e efetividade

Foi solicitado a dois estagiários que, usando uma verba de pronto pagamento, adquirissem 100 envelopes, tamanho Ofício 2, para colocar os certificados de participantes de um Seminário que ocorreria à noite no MPE-PA. O estagiário João foi até a papelaria mais próxima e adquiriu os envelopes pelo dobro do preço de mercado, voltando

com a missão cumprida em uma hora. O estagiário Pedro, no mesmo tempo, ligou para vários estabelecimentos, pesquisou preços e, por fim, comprou envelopes A4 que, por serem menores, eram bem mais em conta que os solicitados.

Considerando os conceitos de Eficiência e Eficácia, para a Ciência da Administração, é correto afirmar que.

- (A) João foi eficaz, pois a eficácia diz respeito ao alcance de resultados.
- (B) Pedro foi eficaz, pois a eficácia diz respeito à relação custo-benefício.
- (C) Pedro foi mais eficaz que João, pois importam mais os meios do que o resultado.
- (D) João foi mais eficiente que Pedro, pois não importam os meios e sim o resultado.

3. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRADOR/2022

Assunto: Escola da Administração Científica

Na virada do século, os automóveis eram um luxo que somente os ricos podiam pagar. Eram montados por artesãos que construíam o carro completamente e de uma só vez no chão da fábrica. Esses trabalhadores não eram especializados e Henry Ford acreditava que eles perdiam tempo e energia colocando as partes necessárias nos carros. Podemos afirmar que a Ford adotou uma abordagem revolucionária na fabricação de automóveis utilizando.

- (A) Princípios da Teoria Clássica.
- (B) Fundamentos da Teoria Burocrática.
- (C) Princípios da Administração Científica.
- (D) Fundamentos da Teoria das Relações Humanas.

4. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

O ponto de partida para que as organizações consigam atingir os seus objetivos e metas, conquistar novos clientes e aumentar a satisfação de seus consumidores é através do estabelecimento de relações humanas harmônicas e saudáveis no ambiente interno. Quando a organização propicia aos seus colaboradores um ótimo clima organizacional, os resultados positivos são diversos e alcançados

em um curto espaço de tempo. São considerados indícios de que as relações humanas em uma organização podem estar prejudicadas, EXCETO.

- (A) Atritos e fofocas.
- (B) Maior rotatividade de pessoal.
- (C) Ampliação da carteira de clientes.
- (D) Degradação da imagem da empresa.

5. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRADOR/2022

Assunto: Teoria da Burocracia

De acordo com Max Weber, as organizações formais modernas se baseiam em leis, que as pessoas aceitam por acreditarem que são racionais, isto é, definidas em função do interesse das próprias pessoas e não para satisfazer aos caprichos arbitrários de um dirigente. Charles Perrow está entre os que acreditam que o tipo ideal de Weber nunca é alcançado, porque as organizações são essencialmente sistemas sociais, feitos de pessoas; e as pessoas não existem apenas para as organizações. Os funcionários não são seres exclusivamente burocráticos e as organizações refletem as imperfeições dos seres humanos vistas pelas disfunções da burocracia. Diante do exposto, NÃO apresenta uma disfunção da burocracia.

- (A) Hierarquia.
- (B) Particularismo.
- (C) Excesso de regras.
- (D) Satisfação dos interesses organizacionais.

6. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/ENFERMEIRO/2022

Assunto: Teoria da Burocracia

A teoria administrativa de Max Weber, conhecida como Teoria Burocrática, visa à eficiência organizacional como objetivo básico, através do detalhamento antecipado de como as tarefas deverão ser realizadas, devendo ser impessoal e formal. Tem como característica a divisão do trabalho baseada na especialização funcional, sendo relacionada com a enfermagem na medida da divisão técnica do trabalho, ou seja, cada membro da equipe de enfermagem possui funções determinadas. São características também desta teoria a hierarquia e a autoridade definidas, ou seja, as chefias assumem um papel administrativo voltado para os interesses da instituição. Tal teoria tem como destaque o sistema de regras e regulamentos que descrevem direitos e deveres dos ocupantes dos cargos, instituídos pelo código de ética; o sistema de procedimentos e rotinas, pois cada unidade de saúde possui uma rotina que deve ser seguida; a promoção e a seleção baseadas na competência técnica; dentre outros. Em relação à ênfase, podemos afirmar que tal teoria está centrada em.

- (A) Pessoas.

- (B) Estrutura.
- (C) Ambiente.
- (D) Tecnologia e ambiente.

7. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2019

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Considerando os conceitos e delimitações da administração privada e da administração pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em ambas, o conceito de orçamento é o mesmo.
- (B) Em ambas, existe a atividade de gestão de pessoas.
- (C) Na administração pública, não existe gestão de materiais.
- (D) Na administração privada, não se aplica a função de controle.

8. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRADOR/2022

Assunto: Governo Eletrônico

Considerando que temas como governo eletrônico, transparência na gestão pública, controle externo por parte dos agentes sociais, cidadania e accountability (liberdade com responsabilidade) são constantemente debatidos na atualidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Entende-se por governo eletrônico, o conjunto de serviços e acessos às informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.
- (B) O governo eletrônico deve ser entendido como instrumento de aperfeiçoamento tecnológico da Administração Pública e não como vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade.
- (C) O potencial democrático inerente ao governo eletrônico só se concretizará se houver vontade política no sentido de estimular a participação popular, a transparência na gestão pública, bem como a promoção da inclusão digital.
- (D) Com a implantação do governo eletrônico, torna-se possível melhorias na eficiência dos processos internos, redução dos custos das transações, minimização de distorções de informações e de sonegações fiscais, além da possibilidade de melhorias no processo de combate à corrupção.

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

1. CONSULPLAN - GP (CDP)/CDP/2020

Assunto: Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Sobre as vertentes internacionais de proteção dos direitos humanos, analise as afirmativas a seguir.

I. A tese das vertentes foi extensa por Antônio Augusto Cançado Trindade na obra Tratado de Direito Internacional.

II. A vertente do direito internacional humanitário é a mais recente e parte da ideia de que o ser humano deve ser protegido contra as arbitrariedades do Estado.

III. A vertente do direito internacional dos refugiados liga-se à proteção do bens, direitos e indiretamente ameaçados pelos conflitos bélicos.

Está(ão) correta(s) apenas afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. CONSULPLAN - Cons Leg (CM BH)/CM BH/Ciências Sociais e Políticas/2018

Assunto: Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Simões (2010) afirma que “no âmbito do relacionamento internacional está clara a desigualdade entre os Estados”. O mesmo autor questiona. “Como conciliar essa desigualdade com a universalidade dos direitos humanos?”

- (A) Por meio da imposição dos direitos nacionais de um país a outro, em nome da defesa desses direitos e da democracia.
- (B) Não é do interesse da comunidade internacional o processo de internacionalização dos direitos humanos, pois sua proteção deve reduzir-se à competência nacional exclusiva. O Estado é o centro absoluto e não a pessoa.

(C) Os cidadãos modernamente fazem parte da humanidade, envolvidos, diariamente, em relações internacionais, em todos os campos, o que lhes dá o sentimento nacional de pertencimento universal, igualando, também, os Estados e tornando-os semelhantes sob todos os aspectos (econômico, social, político,...).

(D) No mundo atual, desenvolveu-se um sistema normativo internacional e sistemas regionais interligados, baseados na natureza universal e indivisível dos direitos humanos, fundados na pessoa concebida como um fim em si mesmo e, portanto, centrada no valor fundamental da dignidade. Esse valor assenta na condição humana, como requisito único e exclusivo da titularidade desses direitos.

3. CONSULPLAN - GP (CDP)/CDP/2020

Assunto: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos DUDH, analise as afirmativas a seguir.

I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

II. Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

III. Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

4. CONSULPLAN - CHO (PMPA)/PM PA/Administração/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Analise as afirmativas a seguir referentes aos Direitos Humanos.

I. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

II. Ninguém será preso, detido ou exilado.

III. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão.

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, II e III.

(B) I, apenas.

(C) II, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I e III, apenas

5. CONSULPLAN - CHO (PMPA)/PM PA/Administração/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A afirmativa a seguir se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos; analise-a.

"No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática."

Assinale a alternativa que apresenta uma interpretação INCORRETA da afirmativa anterior.

(A) O conceito de "lei" deve ser interpretado em seu sentido estrito, limitando-se ao ordenamento infra-constitucional vigente.

(B) As exigências morais de cada povo decorrem de seus costumes, tradições, tabus, por isso são historicamente construídas.

(C) Na linguagem de senso comum, costuma-se descrever o comando como "o direito de um vai até onde começa o direito do outro".

(D) Depreende-se do texto que o indivíduo tem direitos assegurados nas sociedades democráticas, mas também tem deveres para com os concidadãos.

(E) Depreende-se do texto o conceito de legalidade, pelo qual o indivíduo pode fazer tudo aquilo que não esteja proibido pelo ordenamento jurídico vigente.

6. CONSULPLAN - CHO (PMPA)/PM PA/Administração/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Analise a afirmativa a seguir referente à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

"Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle."

É garantia constitucional derivada do direito universal anteriormente apresentado, EXCETO.

(A) Auxílio-doença.

(B) Aposentadoria.

(C) Segurança pública.

(D) Seguro-desemprego.

(E) Sistema Único de Saúde.

7. CONSULPLAN - CHO (PMPA)/PM PA/Administração/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Deveres dos Estados e Direitos Protegidos (arts. 1º a 32 da CIDH-OAS)

O Pacto de São José da Costa Rica.

(A) Determina que o processo penal seja sempre público.

(B) Define o serviço militar como espécie de trabalho forçado.

(C) Reconhece o direito à vida desde o momento da concepção.

(D) Recomenda a previsão de penas de detenção no caso de dívidas.

(E) Impõe a proibição de pena de morte em todos os países signatários.

8. CONSULPLAN - CHO (PMPA)/PM PA/Administração/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Deveres dos Estados e Direitos Protegidos (arts. 1º a 32 da CIDH-OAS)

Nos termos do Pacto de São José da Costa Rica, é INCORRETO afirmar que.

(A) A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência.

(B) Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, a desapropriação por motivo de utilidade pública ou de interesse social prescinde de pagamento de indenização justa e prévia.